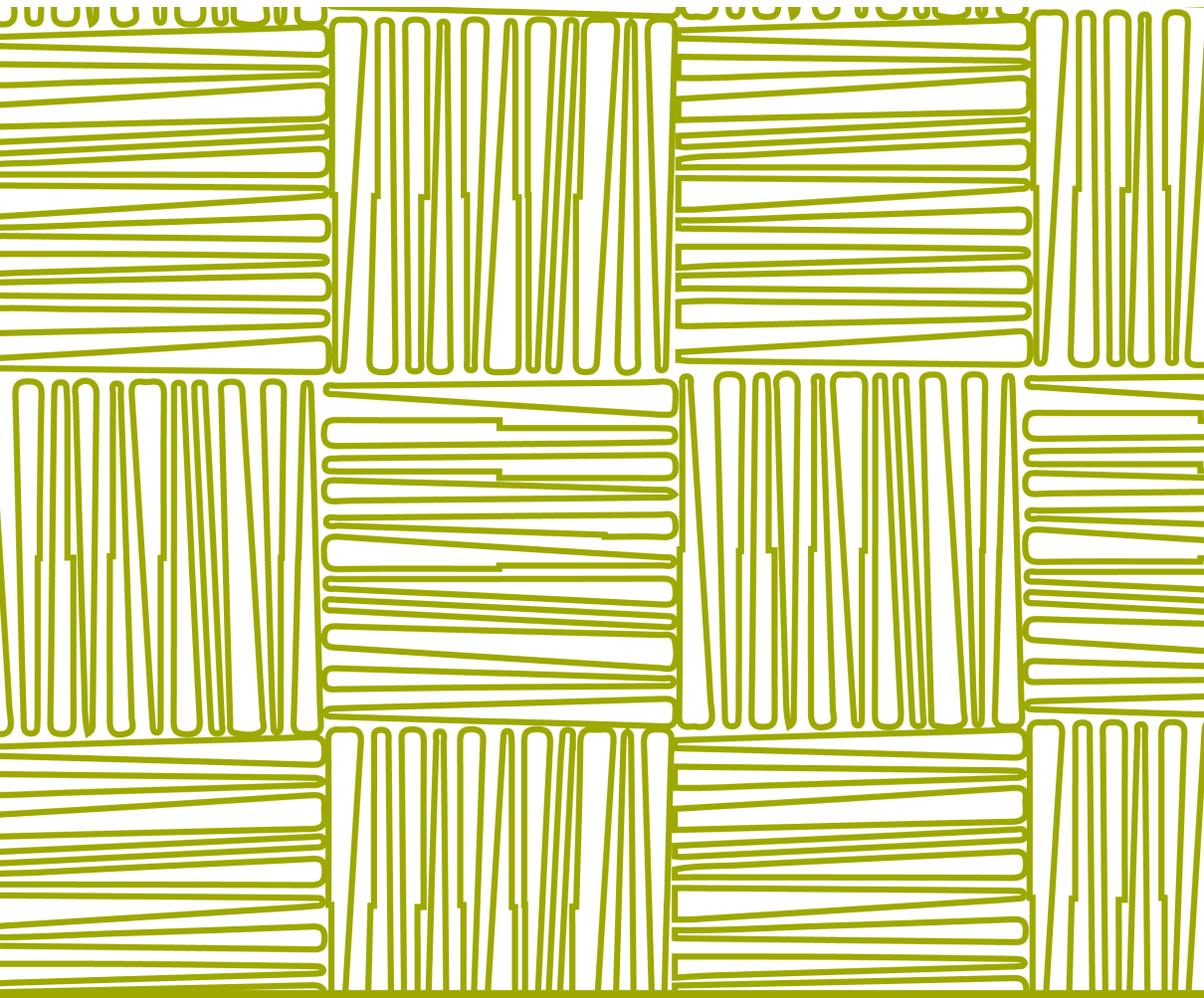


Docência em espaços não formais

Coleção

Educação do campo, das águas e das florestas: tecendo currículos de formação de professores no contexto amazônico

Eneida Regina das N. Nascimento | Lucinete Gadelha da Costa

editora UEA

CAPES

UEA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas

Reitor	Prof. Cleinaldo de Almeida Costa
Vice-Reitor	Prof. Cleto Cavalcante de Souza Leal
Pró-Reitora de Graduação	Prof[a]. Kelly Christiane Silva de Souza
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação	Prof[a]. Maria Paula Gomes Mourão
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários	Prof. André Luiz Tannus Dutra
Pró-Reitora de Planejamento	Prof[a]. Maria Olivia de A. Ribeiro Simão
Pró-Reitor de Administração	Prof. Marcos André Ferreira Estácio
Pró-Reitora de Interiorização	Prof[a].

Núcleo de Educação a Distância

Coordenador Geral	Prof. Marcelo Carvalho Tavares
Coordenador Adjunto	Prof. João da Mata Libório Filho
Curso	Pedagogia do Campo
Diretora	Prof.[a]. Vanúbia Araújo Laulete Moncayo
Coordenador de Qualidade	Prof. Raimundo Sousa Lima Júnior
Coordenadora do Curso	Prof.[a]. Lucinete Gadelha da Costa

Nucleo Docente Estruturante

Presidente	Prof.[a]. Lucinete Gadelha da Costa
Membro	Prof.[a]. Maria Edeluza Ferreira Pinto de Moura
Membro	Prof.[a]. Mônica de Oliveira Costa
Membro	Prof. Raimundo Sidney dos Santos Campos
Membro	Prof.[a]. Leni Rodrigues Coelho

Preparação e Diagramação	Lucilene Maciel Coelho

Editora UEA

Diretora	Prof.ª Maristela Barbosa Silveira e Silva
Secretária Executiva	Prof. Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Editora de Executiva	Prof.ª Sindia Siqueira
Editora de Edição	Prof.ª Samara Nina
Capa	Prof.ª Clarice Martins

Conselho Editorial

Presidente	Prof.ª Maristela Barbosa Silveira e Silva
Membro	Allison Marcos Leão da Silva
Membro	Almir Cunha da Graça Neto
Membro	Manoel Luiz Neto
Membro	Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho
Membro	Jair Max Furtunato Maia
Membro	Mário Marques Trilha Neto
Membro	Silvia Regina Sampaio Freitas
Membro	Jucimar Maia da Silva Junior

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Programa Universidade Aberta do Brasil/CAPES

Ficha Catalográfica elaborada por **Maria Tereza Costa Pereira** CRB 11 - 661

N244e Nascimento, Eneida Regina das Neves.

Docência em espaços não formais [recurso eletrônico] / Eneida Regina das Neves Nascimento, Lucinete Gadelha da Costa. – Manaus: UEA, 2022.

54 p.; il. — (Coleção Educação do campo, das águas e das florestas: tecendo currículos de formação de professores no contexto amazônico)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-80033-46-1 (e-book)

1. Docência – espaços não formais. 2. Educação popular. 3. Práticas pedagógicas – espaços não formais. I. Costa, Lucinete Gadelha da. II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título. IV. Série.

CDU 372.85

Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas

Editora afiliada

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

Sumário

1 ESPAÇOS NÃO FORMAIS: SABERES E PRÁTICAS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: SABERES E PRÁTICAS 9

1.1 EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA LEITURA SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SIGNIFICADOS EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA LEITURA SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SIGNIFICADOS 10

1.2 DIFERENTES ESPAÇOS USADOS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO EDUCATIVO 16

2 EDUCAÇÃO POPULAR: SABERES, PRÁTICAS NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS 20

2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR: UMA LEITURA SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SIGNIFICADOS 20

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS: UM ENFOQUE DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS 27

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS NA AMAZÔNIA 35

3.1 TECENDO OLHARES SOBRE OS DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NA AMAZÔNIA 35

3.2 NA TESSITURA DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÕNIA 39

REFERÊNCIAS 47

Prefácio

EDUCAÇÃO DO CAMPO DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: TECENDO CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO AMAZÔNICO.

Este livro no formato de E-book faz parte da coleção intitulada: Educação do campo das águas e das florestas: tecendo currículos de formação de professores no contexto amazônico que tem como objetivo a produção didática do conteúdo básico dos componentes curriculares do curso. Este traz a produção didático-pedagógica da disciplina **Docência em espaços não formais**, com carga horária de 60 horas com o objetivo de compreender a docência e suas dimensões nos ambientes de educação não formal, suas contribuições nos diversos espaços educativos.

A proposta pedagógica do curso de pedagogia do campo nasce frente as demandas do estado do Amazonas, originadas da reivindicação de comunidades nelas existentes mediadas de forma coletiva pelo **Fórum do Território do Médio Juruá**, num movimento rico de **articulação entre universidade e sociedade** abrindo caminhos para um processo de construção de parcerias com a Fundação Amazonas Sustentável – FAS, Prefeitura Municipal do Município de Carauari, envolvendo diferentes sujeitos coletivos até chegarmos ao Convênio com a Capes.

Neste processo foi se constituindo o Curso de Pedagogia do Campo originário da Universidade do Estado do Amazonas, a partir de experiências realizadas com a contribuição do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC) com foco na formação de professores, alicerçada numa perpectiva teorico/ prático, permeada pelo processo dialógico em diferentes instâncias em que destacamos o Comitê Estadual da Educação do Campo e o Colegiado do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior.

Neste sentido, o curso em sua experiência em construção aponta preocupações na formação do professor, frente a realidade do contexto rural amazônico, delineando os recortes epistêmicos direcionados pelos princípios da Educação do Campo em seu desenho curricular em que a pesquisa, ensino e extensão

são eixos articuladores nas disciplinas no desenvolvimento do currículo, em estratégias multidisciplinares visando à formação docente, em suas dinâmicas educativas escolar e sua gestão e os processos educativos comunitários.

Dessa forma, salientamos aspectos importantes a serem considerados neste caminhar, entendendo que uma proposta de formação não se constitui em algo fixo mais processual possibilitando aos sujeitos envolvidos reflexões e ações concretas na formação de professores e como desdobramento desta na ação da educação básica em nosso contexto amazônico.

O curso de Pedagogia do Campo está desafiado a ajudar na formação dos professores que também formarão outros sujeitos que poderão contribuir, com sua atuação enquanto sujeitos que se constroem num processo contínuo de busca da qualidade da vida das pessoas ou poderíamos dizer do bem viver para o grupo e para si e neste movimento vão construindo -se em relações dialógicas.

Concluímos a apresentação desta coletânea, que se constitui como tessituras de ideias e práticas, no campo da formação de professores na Amazônia caracterizado pelos povos das florestas e dos rios, que a partir do trabalho trazem os elementos teórico-práticos que possibilitam a reflexão acerca da sua realidade e das contradições presentes em seus cotidianos, trazendo elementos para um processo de aprendizagem significativa, na defesa de uma escola pública popular.

Profa. Lucinete Gadelha da Costa.

Apresentação

Caro estudante, seja bem-vindo!

O propósito desse e-book é servir de suporte para os estudos na disciplina Docência em Espaços Não Formais, lembrando que ele não exclui outras fontes de estudos que dão suporte a disciplina. Para sua elaboração foram selecionados vários artigos, livros, textos dentre outros materiais com minucioso critério e compilados nesse material. Assim, espera-se que o aluno possa desfrutar de uma riquíssima.

Na primeira unidade será apresentada uma leitura sobre os diferentes espaços educacionais, com reflexão sobre os conceitos das diferentes modalidades de ensino como educação formal, não formal e informal, fazendo uma leitura dos seus fundamentos e significados. Também são discutidos os diferentes espaços educativos não formais e sua contribuição para o processo de ensino e aprendizagem, dando exemplos de locais de educação formal tanto na área urbana, quanto no campo.

A segunda unidade tem como foco a Educação Popular com ênfase na construção de saberes e práticas nos espaços não formais, constitui-se de dois momentos de reflexão, sendo o primeiro, uma leitura sobre a Educação popular em seus fundamentos e significados, no segundo a Educação do campo, das florestas e das águas como espaço de práxis da Educação popular.

Na terceira unidade são apresentadas as práticas pedagógicas nos espaços não formais, tecendo um olhar sobre os diferentes espaços educativos. Nessa unidade são comentadas as especificidades dos espaços não formais na Amazônia, associados à localidade que se desenvolve o aprendizado, a cultura e especificidade da região, com esse olhar iremos fazer a leitura dos diversos espaços não formais dentro do contexto Amazônico. E por fim trazemos uma discussão sobre os vários projetos socioambientais desenvolvidos no ambiente Amazônico.

Dessa forma, desejamos que o aluno tire o máximo de aproveitamento do e-book e que ele contribua para agregar mais conhecimento na sua vida acadêmica, fazendo parte desse crescimento profissional na área da Pedagogia do Campo.

Unidade 1

ESPAÇOS NÃO FORMAIS: SABERES E PRÁTICAS

ESPAÇOS NÃO FORMAIS: SABERES E PRÁTICAS

Introdução

Esta unidade apresenta uma leitura sobre os diferentes espaços educacionais, levando o aluno a uma reflexão sobre os conceitos das diferentes modalidades de ensino como educação formal, não formal e informal, fazendo uma leitura dos seus fundamentos e significados, abrindo espaço para reflexão do verdadeiro papel de cada espaço de educação, como um sendo complemento do outro, onde todos tem sua importância no processo de ensino e aprendizagem. Em um segundo momento é discutido o papel da pedagogia social no contexto da educação não formal. E para fecharmos a unidade trazemos uma discussão sobre os diferentes espaços educativos não formais e sua contribuição para o processo de ensino e aprendizagem, dando exemplos de locais de educação formal tanto na área urbana, quanto no campo.

1.1 EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA LEITURA SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SIGNIFICADOS EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA LEITURA SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SIGNIFICADOS

Refletir a eduação em espaços formais e não formais não é tarefa fácil, mas muitos autores se arisacam a buscar conceitos que nos ajudem nessa reflexão. Levando-nos ao entendimento que no campo educacional há três práticas diferentes, que acontecem separadas, porém, não independentes uma da outra, que são a educação formal, educação não formal e a educação informal (RAMOS, 2020).

Segundo LIMA (2019, p 273) et al. "A educação formal como se conhece é organizada, acontece em local específico, sistematizado, com análise de conteúdo, em outras palavras, é regulada por leis, normas da instituição de ensino".

Para JACOBUCCI (20018), ao falarmos de espaços formais de Educação nos referimos a Instituições Educacionais, enquanto que os espaços não formais, relacionam-se com Instituições cuja função básica não é a Educação formal e com lugares não-institucionalizados, figura 1.

Figura 1.1: Educação Formal

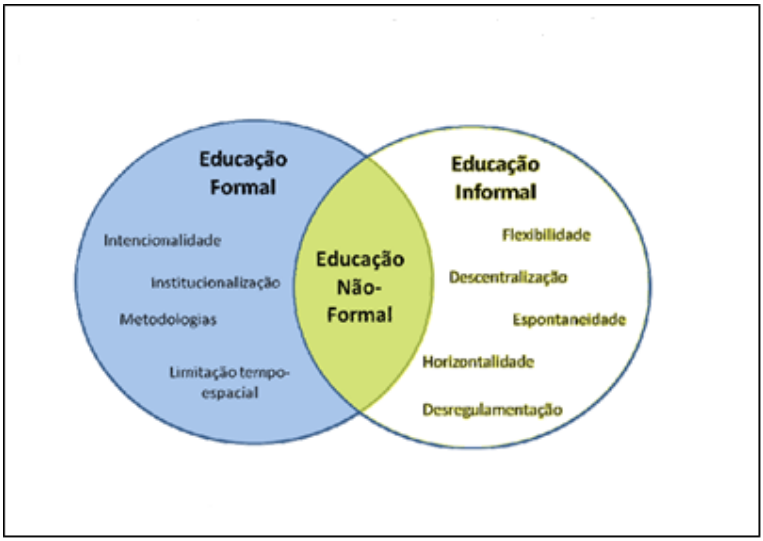


Fonte: https://br.pinterest.com/pin/804807395883981658/

GOHN (2006) traz no cerne de suas discussões a delimitação de cada espaço de educação e seus objetivos, onde no espaço formal temos um conhecimento

sistematizado, insituições reguladas por Leis e diretrizes, ou seja, um currículo a ser seguido, o porfessor é o educador, seu objetivo seria criar habilitades e competências sobre novos conhecimentos, além de icentivar a criatividade, fazendo com que o professor explore outros espaços como complemento à educação formal, figura 2.

Figura 1.2: Delimitação conceitual entre educação formal, não-formal e informal



Fonte: https://www.proceedingd.scielo.br

Nesse sentido, pensa-se em uma educação formal que contemple os espaços não formais, sendo os professores nesses espaços institucionalizados, os agentes centrais do planejamento dos currículos, os quais são elaborados junto com a comunidade, alunos, pais, entre outros. Esse planejamento culmina com o Projeto Político Pedagógico que é cumprido pela escola. Nessa visão, na edução não formal os professores estão em Organizações não governamentais, parques, jardim botânico, seria aquele que se dispõe a compartilhar seus conhecimentos com outras pessoas, inclusive com os educando que realizam visitas a estes espaços GOHN (2006, p 03).

Segundo GOHN (2006) na educação não formal, espaços educativos se localizam em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, ou seja, todo local, pode ser uma escola, rica em conhecimento com todas suas especificidades, nesses locais ocorre o processo interativo intencional, planejado e direcionado ao ensino- aprendizagem, na educação não formal o professor é “outro” como bem coloca a autora, pessoa que socializa

seus conhecimentos com o grupo, seu objetivo seria criar uma visão holística sobre o mundo que circunda o educando, fazendo a reflexão do seu meio social, figura 3.

Figura 1.3: Aula em espaço não formal de educação - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uaqcari - Médio Juruá



Fonte: Professora Eneida Nascimento - UEA - Curso de Pedagogia do Campo

Dentro desse contexto, pontua-se que os espaços de educação formal e não formal podem dialogar entre si, um não exclui o outro, mas sendo complementares auxiliando na construção da aprendizagem. (SCHVINGEL et. al.,2016).

Assim, não podemos apenas pensar que as escolas são os únicos locais onde a educação pode ser realizada, mas pensar que a educação é um processo que ocorre em todos os espaços: nos espaços formais, não formais e informais. Nesse sentido, a escola e seus entornos, os espaços na comunidade, na cidade, dentre outros, podem ser usados pelo professor como complemento de suas práticas pedagógicas ou teóricas ralizadas em sala de aula. Isso leva a um envolvimento do educando na percepção dos espaços de sua cidade, de sua comunidade, levando a o entendimento de pertencimento por parte do educando a essa realidade.

O resultado dessas ações, que é a construção do conhecimento a partir dos espaços formais e não formais, é uma melhoria na qualidade de ensino-aprendizagem do educando.

Assim, a educação nos espaços não formais é de suma importância, até como estratégia para despertar o interesse, a motivação e a contextualização dos saberes associado estritamente à escola. Nesse sentido, os espaços não formais são usados como espaços complementares de aprendizagem possibilitando à

prática a observação e a problematização, além do aluno poder desenvolver outras habilidades como as de registrar, coletar, analisar o ambiente e interpretar os dados registrados entre outras. (LIMA, 2018).

De acordo com Oliveria e Gastel (2009), existem vários tipos de espaços não formais de educação que podem variar com as funções sociais, no primeiro momento esses espaços podem não serem destinados prioritariamente à educação. O autor exemplica como espaços não formais que podem ser usados para a educação não formal os museus, os parques recreativos urbanos, os jardins botânicos e zoológicos, as unidades de conservação, as feira e exposições, entre outros, sendo que, devemos esclarecer que as aulas devem atender os seus objetivos curriculares.

Segundo RAMOS (2020) os espaços de educação não formal deverão ser desenvolvidos segundo alguns princípios os quais tenham um caráter voluntário, apresentar elementos para a socialização e solidariedade, contemplar o desenvolvimento social, e ter a participação coletiva, além de proporcionar a investigação e, sobretudo proporcionar a participação dos membros do grupo de forma descentralizada.

Além dos conceitos de Educação formal e não formal não podemos esquecer outro tipo de educação que, muitas das vezes é confundido com educação não formal, que é a educação informal, que segundo Gohn (2006, pg. 03) na "[..] educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa".

Segundo a autora, na educação informal, quem educa é a vida, o espaço de educação é a casa, a igreja, os espaços culturais que o indviduos frequenta, quanto seus objetivos a "[..] a educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se freqüenta ou que pertence por herança[..]" (GOHN, 2006, p 03).

Figura 1.4: Educação Informal: Manejo do pirarucu pelas famílias de comunitários- AM



Fonte: : https://www.fatoamazonico.com/acordo-de-pesca-visando-o-manejo-sustentavel-do-pirarucu-e-validado-pela-sema-no-japura/

A educação informal é a que ocorre no nosso dia a dia, criando hábitos, habilitadades, valores, compartilhando experiências, uma educação expontânea. Não é necessário aprovação de currículo para se ter uma educação informal, ela acontece em casa, por exemplo, no momento de leitura de um livro para o filho, sendo a família o primeiro educar informalmente e talvez mais importante, pois irá completar o trabalho do professor e transmitir os valores e crenças às ciranças, completando assim o papel da educação formal.(WIKICULTURAMA, 2020).

Dessa forma, na educação informal o sujeito tanto aprende, quanto ensina ao longo de sua vida, não importando o local que se encontra. Seja nos laços familiares, na vida profissional, na comunidade. Isto é, segundo Palhaes (2017) vivemos em uma sociedade onde ocorre diversos de aprendizados ao longo da vida, sendo a educação um direito do sujeito, da população e faz parte da educação preparar os indivíduos para que estejam prontos a se adaptar às mudanças rápidas da sociedade.

Para refletir

Reforçando: a educação informal, se referi a educação transmitida pelos pais na família, na interação com os amigos, no convívio diário em clubes, teatros, leituras de jornais, revistas, livros, etc. A educação não formal é aquela que ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida.

Dessa forma podemos inferir que os processos de ensino e de aprendizagem acontecem ao longo da vida dos individuos por meio das práticas pedagogicas,

sejam elas em espaços formais, não formais, ou informais. (SCHVINGEL et al. 2016).

Então, pensar educação não formal é pensar na comunidade, os sujeitos estão inseridos em um contexto social, sendo pertencentes a uma realidade, que é a realidade da comunidade.

Diferentemente dos espaços formais onde se tem a figura do professor orientando as atividades educativas, nos espaços não formais, tem-se o educador que é a pessoa que socializa o conhecimento com os demais membros da comunidade, ele é o mediador desse conhecimento.

Assim, não podemos falar de espaços não formais de educação sem falarmos sobre a pedagogia social, pois nesse contexto, a pedagogia social vem agregar conhecimento de forma sistematizada, planejada onde atua como prática pedagógica em espaços não formais.

A pedagogia Social, para muitos autores começou nas discussões de filósofos da Antiguidade Clássica, como Platão e Aristóteles que traziam nas suas discussões a importância da Educação no desenvolvimento da sociedade. O conceito de Pedagogia Social surge por volta de 1900, inicialmente na Alemanha, como Karl Mager e Adolph Diesterweg, onde o contexto da prática pedagogica seria a criação de estratégias para educar os "filhos da guerra" (MORAES, 2020).

Segundo MACHADO (2020), no Brasil, a Pedagogia Social, não era muito conhecida enquanto sua abordagem teórica e em relação à qualificação do profissional, não sendo uma profissão reconhecida, mas estando presentes em intervenções de diferentes naturezas. Assim, o educador Social atua em uma comunidade geralmente com uma proposta socioeducativa onde a comunidade constrói os saberes a partir de sua cultura, ressignificando alguns eixos valorativos no contexto atual.

Dessa forma, podemos observar que os processos de ensino e de aprendizagem acontecem não só nos espaços formais e institucionalizados, mas também em espaços não formais de educação e também ao longo da vida dos indivíduos por meio das práticas pedagogicas, convivio social, convivio com a família, igreja dentre outros. Isso implica em uma ação multidiciplinar, onde a educação não formal e informal contribui com a educação formal, sendo construidas juntas de acordo com a necessidade da comunidade.

! Lembre-se

A educação em espaços não formais é aquela que se aprende "no mundo da vida", via processos de compartilhamentos de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas e contribui na formação dos sujeitos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. A educação em espaços não formais nos remete a consciência e organização de como agir em grupos coletivos,

a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo (GOHN, 2010).

Site indicado:

https://www.professoraalelis.blogspot.com.br/2011/08/aprendizagem-como-objeto-de-estudo.html

1.2 DIFERENTES ESPAÇOS USADOS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO EDUCATIVO

Como visto anteriormente a educação não formal e a educação informal contribuem no processo de ensino-aprendizagem formal. Os saberes se dialogam entre si, um complementa o outro. A integralização dos saberes de fora e dentro da sala de aula é de suma importância, uma vez que não importa se as atividades acontecem dentro das salas de aula ou não, mas a maneira como ocorre a integração entre elas.

As atividades que são desenvolvidas fora da sala de aula, embora sejam muito atraentes e prendam a atenção dos alunos, são poucas exploradas pelos professores, ou quando realizadas muitas não têm um panejamento adequado para que seus objetivos possam ser correspondentes aos objetivos que são propostos nos currículos escolares. Muitas dessas atividades que são realizadas foram do contexto escolar, geralmente são de temas ligados ao contexto ambiental.(OLIVEIRA RONI IVAN ROCHA DE; GASTAL, 2009) (OLIVEIRA; GASTAL, 2009;(REIS LUIZ CARLOS LIMA DOS; SEMÊDO, 2012; **??**) REIS; SEMÊDO; GOMES, 2012).

No entanto, podemos utilizar os vários espaços não formais como ferramenta para o ensino-aprendizagem. Esses espaços podem ser escolhidos pelo professor de acordo com a realidade local, quem vive em grandes centros urbanos tem possiilidades de realizar visitas aos museus, zoológicos, bosque de ciência, jardin botânico entre outros. Como exemplos de lugares que podem ser usados na educação não formal temos:

BOSQUE DA CIÊNCIA (Instituto de Pesquisas da Amazônia- INPA): o Bosque da Ciência está localizado dentro do INPA, esse espaço é de visitação pública visando à socialização e divulgação da educação e a ciência, pois ao mesmo tempo em que o Bosque ensina as pessoas refletirem sobre seu modo de vida que o homem vem levando, também refletimos sobre os cuidados com a natureza aprendendo os coneitos de sustentabilidade dos ecossistemas. Durante o passeio pelo Bosque da Ciência, o visitante pode apreciar e conhecer o Centro de Quelônios da Amazônia (Cequa), andar pelas trilhas suspensas e terrestres, conhecer a Ilha de Tanimbuca e a Maloca, onde são expostos artesanatos indí-

genas de etnias diversas. É possível ainda visitar os viveiros de peixe elétrico e de jacarés e os tanques de peixes-bois. (Instituto de Pesquisas da Amazônia-INPA, 2020).

Figura 1.5: Aula no Bosque da Ciência-INPA



Fonte: https://www.portal.inpa.gov.br

MUSEUS- Os museus e centros de ciências estimulam a curiosidade dos visitantes. Esses espaços oferecem a oportunidade de suprir, ao menos em parte, algumas das carências da escola como a falta de laboratórios, recursos audiovisuais, entre outros, conhecidos por estimular o aprendizado. É importante, no entanto, uma análise mais profunda desses espaços e dos conteúdos neles presentes para um melhor aproveitamento escolar. (VIEIRA, BIANCONI e DIAS, 2005).

No entanto, quando falamos do meio rural, a comunidade pode ser um espaço não formal de aprendizagem, onde a escola rural usa os vários espaços disponíveis na comunidade, com por exemplo, a casa da professora, a igreja, a sala comunitária, para desempenhar suas funções específicas. (VARGAS, 2002).

Essas situações são comuns em escolas comunitárias, onde o estudante agricultor familiar é visto como agente multiplicador do desenvolvimento, como explica Oliveira (2019) em suas pesquisas sobre "Educação não formal na extensão rural [..]" discuti sobre a:

> [..] valorização do estudante agricultor familiar como agente multiplicador do desenvolvimento, promovendo reflexões sobre o que ele realmente representa para sociedade e o quanto é necessário para o desenvolvimento local (OLIVEIRA, p. 9, 2019).

Nesse contexto, podemos dizer que os espaços não formais contrinbuem para processo educativo, uma vez que a realaçao teórica e prática fica mais evidente, levando o aluno a resignificar dentro do seu contexto social toda a teória apresentada pelo professor em sala de aula.

Pontuamos que a educação não formal não vem para substiuir à educação formal, pelo contrário ela a complementa, principalmente nos espaços que oferecem a interatividade e a participação, por meio da educação não formal educando percebe que as diferentes áreas se complementam e que uma necessita da outra para a compreensão dos diferentes conteúdos do currículo escolar.

Também a educação não formal pode atender as populações carentes, onde a educação formal é dificil acessos, pois os espaços não formais oferecem atividades educacionais no período inverso de estudo da criança ou do adolescente, sendo uma experiência didática, organizada e sistematizada fora do contexto formal da escola. (LOPES et. al. 2020).

Assim, a inteaividade, criticidade fazem parte da educação não formal, nos quais são construidos coletivamente sendo uma educação complementar, tendo a intencionalidade na ação no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes, sendo considerada como complementação da educação formal, sem estar interligada com a obrigatoriedade do ensino.

Vídeo

Roda de Conversa - Tema: Espaços não-formais do conhecimento: a escola além da escola

Atividade

1. Como se configura os espaços formais, não formais e informais de educação?

2. De que forma os espaços não formais contribuem para processo educativo?

3. Formar grupos para uma Roda de conversas: Os desafios e as possibilidades proporcionados pelos espaços não formais de educação no processo de formação de professores.

1.1. Fonte: https://nacoesunidas.org/educacao-nao-formal-pode-ser-ferramenta-para-ampliar-competencias-da-juventude/

O Fórum Mundial de Educação Não Formal é organizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial do Movimento Escoteiro. Na abertura do fórum, na segunda-feira (9), a representante do UNFPA no Brasil, Astrid Bant, reforçou a importância deste tipo de educação como forma de empoderamento e alcance de direitos para a juventude.

"Acreditamos em um mundo em que pessoas jovens tenham conhecimento sobre seus corpos, e habilidades para a vida que permitam que elas façam uma transição saudável para a vida adulta. Essas são as ferramentas que vão possibilitar que tomem atitude para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E sabemos que isso vai muito além das capacidades do sistema de educação formal", lembrou Bant.

"O UNFPA vê a educação não formal como uma importante plataforma para levar à juventude informações e habilidades que permitam com que façam escolhas melhores sobre seus corpos, suas vidas e seu mundo."

O mundo tem atualmente a maior população de jovens de sua história: 1,8 bilhão. A representante do UNICEF no Brasil, Florence Bauer lembrou que 253 milhões desses jovens estão fora da escola, sem treinamento ou emprego. Ao mesmo tempo, há intensas mudanças nas sociedades e economias, com rápida evolução das tecnologias e novas exigências do mercado de trabalho.

"Nesse contexto, a educação não formal desempenha um papel crucial em promover oportunidades de educação e aprendizado para quem não está na educação formal, não teve oportunidade de desenvolver plenamente suas competências de letramento ou deseja continuar aprendendo", destacou Florence. "Certamente, o sistema de educação não formal deverá ser fortalecido, incluindo percursos flexíveis de aprendizagem, numa abordagem mais duradoura."

Unidade 2

EDUCAÇÃO POPULAR: SABERES, PRÁTICAS NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Introdução

Esta unidade tem como foco uma breve retomada sobre a Educação Popular com ênfase na construção de saberes e práticas nos espaços não formais, constitui-se de três momentos de reflexão, sendo o primeiro, uma leitura sobre a Educação popular em seus fundamentos e significados, no segundo momento, um olhar sobre a formação do professor num enfoque dos espaços não formais e no terceiro, a Educação do campo, das florestas e das águas como espaço de praxis da Educação popular.

2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR: UMA LEITURA SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SIGNIFICADOS

Para falar de Educação popular nos remetemos aos primórdios, época do Homo sapiens sapiens, onde estava presente na vivência dos grupos o sentido de comunidade, podemos dizer que esse é o primeiro momento em que podemos falar de educação popular, as primeiras situações em que a convivência e comunicação vão construindo saberes na defesa da vida individual e coletiva (BRANDÃO, 2017).

Segundo ARANHA (2006) encontraremos na história da educação escolar, em seus primórdios, a existência de uma educação voltada para a formação da elite e, com o desenvolvimento da economia capitalista de produção, o ensino

passa a ser uma exigência para qualificar a mão-de-obra de forma mais sistemática, daí a necessidade para a institucionalização da escola com o objetivo do atendimento a interesses da classe dominante e, só aos poucos, começa a se formar, por parte do povo, um movimento de pressão para o acesso de toda a essa instituição.

Retomando Beisiegel (2018) podemos destacar que as desigualdades socioeconômicas são discrepantes na sociedade capitalista em suas tradições culturais em um período semicolonial. Nessa época, na educação escolar as condições de vida, perspectivas culturais e práticas institucionais eram evidentes e duas vertentes de eduação surgiam: uma dedicada à formação das minorias privilegiadas, e outra às maiorias subalternas da população. Neste sentido, são empregados nas instituições escolares no Brasil, uma educação para povo e outra educação direcionadas as elites.

Presenciamos historicamente o surgimento de escolas diferentes numa lógica estabelecida do caráter dual da educação, considerando que para a elite era oferecida uma escola, enquanto para as camadas populares restava a instrução indispensável para o manejo das máquinas, necessário dentro da Revolução Industrial (COSTA, 2001).

Esse dualismo vem sendo fortalecido ao longo da história da escola. As consequências dessa política educacional desigual se refletem nos dias de hoje, através do descompromisso com a educação pública. A discriminação contra os estudantes das classes populares é evidenciada, entre outros aspectos, nos resultados escolares insatisfatórios, transformando a educação escolarizada em instrumento de seleção social, figura 2.1.

Figura 2.1: Educação popular: processo participativo



Fonte: : https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2016/01/forum-social-da-educacao-popular-debate-sistematizacao-de-experiencias/

Freire (1991) estaca que crianças brasileiras, oriundas das camadas populares, são geralmente privadas de uma escola que fale a sua linguagem, que parta

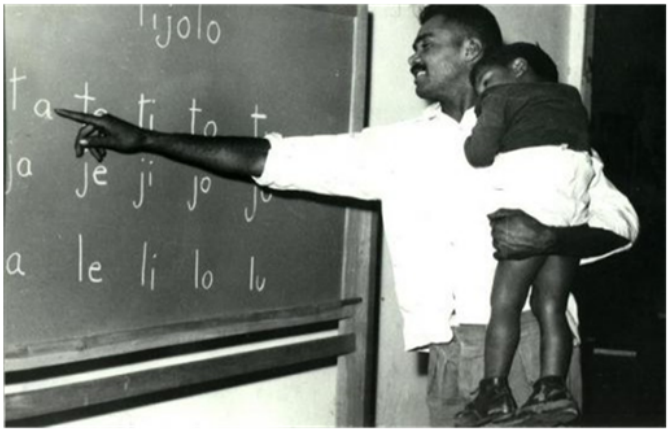
do seu contexto cultural, que valorize a sua experiência de vida, reflexo de uma estrutura de sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades, que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.

Costa (2001) salienta que cotidianamente nos deparamos com práticas reprodutoras e excludentes de educação, essas práticas expressam confusões, contradição nas nossas ações que refletem concepções, mas em sua maioria não estão no nível de consciência, como é destacado por Freire (2005). Se não há clareza nas ações, então há uma reprodução, o fato de reproduzir concepções e práticas, chama a atenção para o trabalho pedagógico, pois, considerando a carga de implicações dessas ações, compromete o processo pedagógico escolar. Assistimos na escola o tratamento dado de forma igual a pessoas diferentes e o descompromisso de seu papel na socialização do saber que é de todos. Contudo, presenciamos a luta também, pela denúncia desta realidade.

A escola, por seu caráter histórico e pela sua inserção na sociedade, a esta influência e por ela é influenciada. Neste sentido, a educação vive uma dicotomia em que poderá servir à manutenção da atual situação, estabelecendo algumas modificações; ou trazer à tona a necessidade de mudança desta lógica. A escola, como acabamos de refletir, constitui-se como um centro de poder e, dependendo dos princípios que orientam seu funcionamento, poderá atuar na linha de manutenção das relações sociais vigentes ou abrir espaços concretos de encaminhamento dos interesses das camadas populares (COSTA, 2001).

Rodrigues (1996, pg. 38) destaca que “se nós aceitarmos o papel da escola como apenas um dos instrumentos da ideologia dominante, não há porque defendê-la para as classes populares”. Ressaltamos, pois, que a escola pode se constitui como um espaço de mudanças, porém, é necessário salientar que o fato de existir uma possibilidade não significa que ocorra a realização de uma prática voltada para os interesses das camadas populares, figura 2.2.

Figura 2.2: Registro de um circulo de cultura no Gama/DF(1963)com a presença de Paulo Freire, onde um alafabetizando carregando o filho , verbaliza e mostra sua descoberta - TU JA LÊ -no uso dos "pedaços"(sílabas) da palavra TIJOLO



Fonte: : https://www.forumeja.org.br

É será ao pensar a educação nesta perspectiva que essa discussão se constrói e nos traz à tona a necessidade de retomarmos a educação na relação com o conceito de educação popular. No entanto, precisamos alargar essas discussões e revisitá-las para seu entendimento no debate atual. Sabemos que a educação popular nasceu fora da escola, mas como concepção de educação faz opção pelo resgate da função social da educação e tem influência na educação escolar.

2.1. A partir dessas colocações vem a primeira questão: o que é Educação Popular? Responder a esta questão é uma tarefa difícil, levando em consideração as inúmeras e diversas iniciativas denominadas de populares. Por isso, tentaremos a reconstituição breve de alguns aspectos a respeito da caminhada dos Movimentos Sociais, que contribuirão para um entendimento da educação popular no Brasil (COSTA, 2001).

Revendo o período em torno da década de 60 a 70 encontraremos, segundo Guemeri (1996), o que se configurou como uma época de forte repressão e abafamento das lutas populares, culminando com o golpe militar de 64 que desarticulou as organizações populares. Frente a esse quadro, as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica), tornaram-se efetivamente espaços

de resistência, por se constituírem como uma das expressões da luta pelos Direitos Humanos e das reivindicações populares, figura 10.

Identificamos também o surgimento, na primeira metade dos anos 60, de alguns movimentos de educação popular, dentre os quais podemos destacar como principais os Centros Populares de Cultura, os Movimentos de Cultura Popular e o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja Católica. O MEB tem como prioridade desenvolver ações para diminuir o analfabetismo no país.

Figura 2.3: Educação construída com lutas!



Fonte: : https://www.globalsustentavel.com.br/

Paulo Freire entra no cenário político-educacional brasileiro, suas ideias repercutem não só no Brasil, destacando-se no grande movimento de luta pela educação, através do desenvolvimento da consciência política. Todo esse movimento foi bruscamente interrompido com a tomada do poder pelos militares, em 1964, o que levou Paulo Freire e outros educadores a serem exilados do país.

Gohn (2000) faz um resgate da avaliação que tem ocorrido na Educação Popular na América Latina nas últimas décadas, especialmente na década de 90, destacando que os movimentos populares vêm crescendo em toda a América Latina, emergindo movimentos reivindicatórios de vários tipos: associação de moradores, de mulheres, de favelados, dentre outros, surgidos a partir de situações de caráter imediato, ligados diretamente às condições de vida da população, figura 2.4.

Figura 2.4: Lutas pela moradia digna no Brasil



Neste contexto, destacamos os movimentos de luta pelo direito à moradia em nosso país. De acordo com a autora, essa luta, porém, dá início a um novo processo de organização e, na busca de novos caminhos, devem ser revistas e reconstruídas as relações existentes com o Estado. Pois, no atual contexto, as lutas populares exigem articulações, unificação de esforços e, especialmente, formação política de seus agentes.

Fonte: : https://fernandapsol.com.br/

No entendimento sobre a Educação Popular retomamos Melo Neto (1999) que destaca que são várias as experiências que são intituladas de educação popular. Elas têm se originado, ora de setores organizados da sociedade civil, ora de instâncias do próprio Estado. Cada experiência apresentando suas características próprias, onde se destacam metodologias, avaliações e forma de desenvolvimento dessas atividades, todas se identificando com atividades da educação popular.

No entanto, ocorre uma grande ênfase no adjetivo “popular” em detrimento ao substantivo educação, gerando certo conflito em relação ao verdadeiro sentido da Educação Popular. Nesta perspectiva, podemos afirmar que o respeito pelas diversas culturas, pela apresentação de conteúdos que permitam uma leitura crítica da realidade, visando sua transformação, dentre outros aspectos, revelam a base de uma proposta pedagógica.

O termo popular, acrescido à educação, torna complexo o seu entendimento. Rodrigues (1999) ressalta que a educação popular poderá ser compreendida sob duas óticas distintas. A primeira enfatiza-a como a Educação para o povo, carregando a visão de uma educação preparada para atender as carências e necessidades das camadas populares, onde o compromisso com os dominantes é encoberto. Essa concepção expressa, uma lógica de suplência e de controle social. Neste caso, verifica-se que o adjetivo popular é empregado numa atitude demagógica, pois, em última instância, busca atender aos interesses das classes dirigentes.

A segunda forma de entender a Educação Popular é, portanto, como um conceito indicador de diferentes práticas educativas, que buscam o fortalecimento dos movimentos sociais populares. Para Rodrigues (1999, pg. 21), “[...] a denominação mais adequada para a educação popular seria a educação sócio-transformadora”.

Tendo o entendimento de que no segundo enfoque não existe uma única perspectiva, destacamos a existência de autores que fazem articulação da Educação Popular com os Movimentos Sociais e outros que também a articulam com o Ensino Público (Costa, 2001).

> Melo Neto (1999, pg. 64) destaca que "O sujeito da educação popular não é simplesmente o sujeito enquanto indivíduo, mas o sujeito coletivo, ou seja, está na sua concepção o compromisso de classe. Assim, o autor valoriza a dimensão pedagógica da prática dos movimentos sociais. Trata-se, portanto, de resgatar o pedagógico no político.

Outra forma de entender educação popular é a de considerá-la no âmbito do Ensino Público, referindo-nos, neste caso, à orientação ou à tendência da atividade educacional, como um contraponto à educação burguesa. Inversamente à abordagem anterior, trata-se aqui de resgatar o político no pedagógico.

No esforço de conquistar uma educação significativa para as classes populares, educadores vêm tentando construir um novo enfoque pedagógico, expresso nas experiências concretas de ruptura com o paradigma dominante de educação. Desta forma, a proposta dialógica de Paulo Freire desafiou e desafia a "concepção bancária de educação", compreendendo a produção do conhecimento como ato coletivo, processual, inserido em determinado contexto sócio-histórico.

Segundo Freire (1993), a Educação popular é um esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares. É uma prática política misturada à tarefa de educar. Neste sentido, a concepção freiriana vem permeada por uma postura crítica, política e consciente, destacando que todo ato educativo é também um ato político, isto é, dá ao sujeito condição de apropriar-se de instrumentos de participação.

Para Brandão (2017), a educação popular busca o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe. Por isso, é um domínio de convergência de práticas sociais que têm a ver com a questão do conhecimento, da construção de um saber popular e da apropriação, pelas classes populares, do seu próprio saber. Neste sentido, Brandão resgata Paulo Freire quando diz que o diferente na Educação Popular não são os seus tipos de práticas, mas, essencialmente, a concepção de mundo, sociedade, homem e educação que constitui sua base de sustentação e direciona o modo como tais práticas se realizam, figura 2.5.

Figura 2.5: Paulo Freire



Fonte: https://www.google.com/url?sa=iurl=https%3A%2F%2Fwww.pinterest.com

Concordamos com este autor por entender a Educação Popular como um processo que possibilita ao sujeito a tomada de consciência da realidade, que poderá desdobrar-se em movimentos voltados a organização das pessoas das classes populares na defesa de seus direitos. Trata-se, assim, de uma ação política, ou seja, uma ação político-pedagógica, organicamente engajada nas lutas sociais populares.

Neste sentido, ao falarmos de uma ação politico – pedagógica precisamos retomar a discussão da formação docente entendendo que precisa ser ressignificada, a formação do professor, enfrenta os desafios que a profissão lhe impõe na busca necessária de uma formação diferenciada que vai muito além de conteúdos estanques ou disciplinas desconectadas da realidade.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS: UM ENFOQUE DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Retomamos aqui de forma breve a discussão sobre a formação do professor com ênfase nos espaços não formais buscando especificamente a relação com o movimento da Educação popular. Nesta discussão trazemos à tona a importância

dos espaços não formais na relação com o processo pedagógico, trazendo a Pedagogia que em seus processos formativos dão ênfase aos processo didáticos em vista ao processo ensino-aprendizagem com foco no ambiente escolar.

O estudo sobre a formação e atuação do pedagogo em espaços não-escolares ainda são poucos evidenciados nos cursos de Pedagogia. No entanto, Paulo Freire referência no campo popular desenvolveu suas concepções sobre educação não formal desde a década de 60 no Brasil, muito de sua produção está sendo revisitada na atualidade em função das demandas sociais contemporâneas.

Neste sentido, não podemos pensar a escola fora do contexto social e histórico, onde ela tanto pode constituir-se em instrumento de dominação como, ao mesmo tempo, descobrir-se, portadora de "brechas" que possibilitarão ações de resistência, ou seja, espaços concretos que podem ser colocados a serviço dos interesses dos trabalhadores. Esse processo dialético é caracterizador da escola como palco de luta, espaço eminentemente político (COSTA, 2012).

Segundo Giroux (l986), essa perspectiva aponta para o caráter contraditório da escola, enfatizando a relação dialética desta com a sociedade. Tal relação evidencia que as escolas são espaços que recebem influência da sociedade e, simultaneamente, trazem consigo elementos significativos de resistência.

Nesta visão, a pedagogia crítica libertadora aparece não como algo pronto e sim como processo em constante construção. As escolas são vistas como espaços de luta e de possibilidades que devem ser construídos cotidianamente, com o reconhecimento, entretanto, de que não podemos entender a educação sem compreendê-la como sujeita a limitações (COSTA, 2012).

As ideias pedagógicas de Paulo Freire, são originadas neste movimento da Educação Popular, ao mesmo tempo, se reinventam. Seus princípios confundem-se e materializam-se no respeito dos sujeitos simples, no "saber de experiência feito" (FREIRE, 1993) desses sujeitos, buscando entender a realidade como geradora de conteúdos, de currículo.

Costa (2001) salienta que a Educação Popular é organização social e, ao mesmo tempo, uma construção que não visa somente um fim, mas se constitui num processo, intimamente ligada à opção pelo fortalecimento das organizações e movimentos gestados pelos setores populares que, trabalhando coletivamente, buscam o desenvolvimento de condições objetivas e subjetivas em suas vidas.

Nesta perspectiva de compreensão, o trabalho pedagógico precisa valorizar a experiência dos sujeitos frente as suas demandas da educação nas diferentes territorialidades que no contexto amazônico se constituem num campo de complexidades das águas, terras e florestas, figura 2.6.

Figura 2.6: Aula de Educação e Meio Ambiente (em espços não formal) na Unidade de Desenvolvimento Sustentável de Uacari, 2019-Carauari-AM.



Fonte: Profa. Eneida Nascimento-UEA

Numa perspectiva da educação popular, o processo educativo constitui-se como uma prática social que direciona para a transformação da realidade, articulada aos processos de luta e resistência dos grupos populares, como expressão política de si, por meio de sua própria auto-organização, aspirando a construção do poder popular (ARAUJO e CRUZ, 2018).

Dentro deste contexto voltamos nosso olhar ao ensino dos sujeitos do campo, que em nosso contexto o campo se configura como águas e florestas e encontramos a marca da precarização que vão deste do acesso a escolarização até as condições de trabalho e na exploração e expropriação da mão-de-obra de profissionais.

Como discutido anteriormente, a Educação Popular, enquanto processo, têm em si configurações históricas diferenciadas ao longo dos tempos, com movimentos distintos e entrecruzados, cujo elemento indicador é a organização popular, esta concepção de educação foi vista inicialmente como não formal, ou seja, como aquela que ocorre fora de espaços oficiais de ensino, no entanto ultrapassa esta lógica, considerando que o conceito de educação popular que constituem-se de experiências forjadas a partir de situações concretas de exclusão de direitos, portanto, experiências de resistência que se define na práxis (COSTA, 2001).

Neste sentido, as políticas públicas para educação do campo apontam para a necessidade de construção da educação crítica e contextualizada em que os espaços não formais contribui para desenvolvimento do professor em formação, a capacidade de refletir sobre sua ação.

> A pedagogia crítica de Freire pauta-se na capacitação dos estudantes e professores a desenvolverem uma compreensão crítica consciente de sua relação com o mundo. [...] essa pedagogia ao desenvolver a conscientização do sujeito, auxilia na capacitação de professores e alunos a se tornarem pessoas cada vez mais conscientes de seu contexto e de sua condição enquanto ser humano. (VICENTINI e VERÁSTEGU, 2020, p. 38)

A formação do professor contemporâneo impõem em seu limiar, muitos desafios e limites que precisam ser entendidos em diferentes contextos, sejam nas zonas urbanas ou rurais, onde temos escolas com contextos de realidade de vida muito peculiar ligada aos territórios ao qual pertencem, possuem um processo identitário próprio e singular em que as diferenças sociais, os interesses dos educandos em seus contextos, precisam abrir espaços de discussão e crescimento pessoal e profissional.

O espaço da floresta e das águas é essencialmente educativo. É espaço de vida, de circulação dos saberes e de intercâmbio de culturas. Assim, é importante que a escola do campo seja concebida como um espaço de produção de vida, o que requer um processo de formação condizente com essa compreensão, figura 2.7.

Figura 2.7: Alunos do Curso de Pergadogia do/no Campo da Universidade do Estado de Amazonas- AM. Aula na comunidade de Bauana- Carauari-AM em 2019



Fonte: Profa. Eneida Nascimento-UEA

Nesse contexto, o professor deve propor o estudo do meio, a fim de conhecer melhor os diferentes espaços de ensino-aprendizagem, para que o futuro professor possa realizar planejamento adequado do estudo do meio e utilizá-lo na educação não formal.

O Estudo do Meio pode ser entendido como uma metodologia de ensino interdisciplinar, caracterizada pela imersão orientada no estudo de um determinado espaço geográfico, no qual sejam produzidos conhecimentos. Seu obejtivo é proporcionar para alunos e professores contato direto com uma determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, escolhido para o estudo. (LOPES e PONTUSCHKA, 2009).

Dentro desse contexto, o estudo do meio proporciona a adoção de uma postura pedagógica que permiteo ao estduante fazer a leitura de sua própria realidade, superando o senso comum e reconhecendo a história do seu meio como a sua própria história, assim o estudo do meio valoriza a dinâmica da própria vida, das histórias pessoais e dos grupos sociais dos quais os estudantes fazem parte, ao mesmo tempo em que é um importante exercício para entender o contexto social. (SILVA, 2018).

Dessa forma, para o processo de ensino-aprendizagem dentro dos espaços não formais atinjam seus objetivos e o aluno consiga entender o contexto da aula e poder resignificar o aprendizado para seu cotidiano, o professor deve estar atento ao bom planejamento.

Estudo do Meio a ser realizado possua, em função dos interesses de seus organizadores e da própria natureza do espaço a ser estudado, finalidades mais específicas, seus objetivos mais gerais podem ser descritos:

• consolidação de um método de ensino interdisciplinar denominado estudo do meio, no qual interagem a pesquisa e o ensino;

• verificação de testemunhos de tempos e espaços diferentes: transformações e permanências;

• levantamento dos sujeitos sociais a ser contatados para as entrevistas;

• observações a ser feitas nos diferentes lugares arrolados para a produção de fontes e documentos: anotações escritas, desenhos, fotografias e filmes;

• compartilhamento dos diferentes olhares presentes no trabalho de campo mediante as visões diferenciadas dos sujeitos sociais envolvidos no projeto;

• coleta de dados e informações específicas do lugar, de seus frequentadores e das relações que mantêm com outros espaços;

• emersão de conteúdos curriculares disciplinares e interdisciplinares a ser contemplados na programação;

• produção de instrumentos de avaliação em um trabalho participativo;

• criação de recursos didáticos baseados nos registros;

• divulgação dos processos e do resultado.

Como podemos sintetizar isso na prática?

Na proposta organizada pelo professor precisa está claro a sequência de atividades que visa subsidiar o professor da discplina, para que a aula nesse espaço não formal seja organizada, preparada, planejada, e correlacionar este espaço ao conteúdo curricular da disicplina, ficando a critério do professor reorganizar as atividades de acordo com seu planejamento e conteúdo a ser trabalhado. Para isto, faz-se necessário que o professor conheça o ambiente antes de levar os alunos e organize critérios para a visita, seguindo os pontos abaixo:

a) Organização Da Visita

1. Recomenda-se que o docente faça um estudo sobre o ambinete a ser visitado;
2. Elaborar perguntas para serem entregues aos alunos, antes da visita, com a finalidade de que respondam durante a visita;
3. Dialogar com os discentes sobre suas expectativas em relação à atividade;
4. Organizar as atividades que serão feitas durante a visita ao local escolhido;
5. Entregar e ler, juntamente com os alunos, um roteiro com informações sobre segurança e demais orientações.

b) Na sala de aula

Na sala de aula o professor explanará as principais observações realizadas, mostrando os ambientes existentes no local para que o aluno se familiarize com o ambiente a ser visitado; as medidas de segurança pessoal (vestimentas e acessórios); explanação dos objetivos da visita, bem como a relação existente entre os espaços formal (escola) e não formal (sindicato, projeto socioambiental, etc); e as atividades a serem desenvolvidas nestes ambientes.

Nessa etapa (se fos alunos forem menores de idade) o professor deve entregar um documento de autorização para assinatura dos pais, além do guia contendo orientações para visita e perguntas que devem ser respondidas durante a atividade.

c) A visita

Esta etapa inicia com a visita ao local pelo professor e alunos, onde cada um deverá estar com o seu bloco de anotações, bem como com o roteiro pré-estabelecido pelo professor sobre os temas que serão abordados os conteúdos

que podem ser trabalhados durante a visita e posteriormente no ambiente escolar, relacionando teoria e prática.

d) Avaliação

Verificar a apropriação de conhecimento pelos alunos no decorrer das discussões, na análise dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais presentes na produção textual, na formulação das respostas, correlação do conhecimento curricular com a visita ao espaço não formal, e auto avaliação do professor diante da atividade realizada.

A avaliação deve ser entendida como um instrumento utilizado no processo de ensino e aprendizagem que ofereça informações necessárias de forma a melhorar o ensino do professor e aprendizagem do aluno, bem como aperfeiçoar e reestruturar sua prática pedagógica.

Portanto, entendemos que a Educação do Campo, no Amazonas, em seus espaços não formais ompreendida a partir dos espaços da floresta e da beira dos rios, considerando suas temporalidades, territorialidades e diversidades socioculturais, constitui-se como espaço de praxis da Educação popular e neste processo para se construir a escola que queremos se faz necessário olhar para hoje (sua realidade) buscando no ontem o que a construiu para sua compreensão e reconstrução em função de um amanhã que não necessariamente tem que ser pensado como algo distante e sim como uma construção presente em nossos cotidianos.

Vídeo

Tema 01: Recid - Educação Popular

Tema 02: Pensadores na Educação: Paulo Freire e a educação para mudar o mundo

Atividade

1. Faça uma reflexão sobre Educação popular fazendo uma relação com sua realidade ?
2. Explique a afirmativa de Melo Neto “O sujeito da educação popular não é simplesmente o sujeito enquanto indivíduo, mas o sujeito coletivo.”
3. Qual o papel da escola na educação popular?
4. Comente sore a pedagogia crítica de Freire.
5. Faça a relação dos espaços não formais e a educação popular.

2.1. Fonte: file:///C:/Users/eneidanascimento/Downloads/10704-Texto%20do%20artigo-56923-1-10-20150921.pdf

Sem negar as filosofias que tiveram influências em sua doutrina pedagógica, o forte da forma de Paulo Freire pensar e agir nasceu de sua vivência, de seus trabalhos, de suas experiências, de sua intimidade com as dores, a pobreza, as injustiças sociais dos milhares de pessoas a quem dirige a sua Educação como prática da liberdade, visto que o homem oprimido vive cansado de termos, expressões e fórmulas que o mantêm sob opressão.

Somente através de uma práxis da libertação surgirá um mundo novo, de homens não mais dominados por um sistema de injustiças e explorações, uma sociedade mais humana. O diálogo de amor, carinho e bondade, que Paulo Freire trouxe de seus pais, assim como o respeito pelas coisas alheias, fizeram brotar nele uma forma de libertação do homem.

Unidade 3

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS NA AMAZÔNIA

Introdução

Esta unidade apresenta como foco as práticas pedagógicas nos espaços não formais, tercendo um olhar sobre os diferentes espaços educativos.

Ressaltando o contexto Amazônico, onde a educação formal e a educação não formal apresentam grandes desafios no cotidiano de educadores, pois nossa Amazônia se caracteriza por uma rica e complexa sociodiversidade, impondo situações desafiadores para os educadores. Nesse unidade é comentada as especificades dos espaços não formais na Amazônia, geralmente estão associados à localidade que se desenvolve o aprendizado, a cultura e especificidade da região, com esse olhar iremos fazer a leitura dos diversos espaços não formais dentro do contexto Amazônico.

E por fim trazemos um discussão sobre os vários projetos socioambientais desenvolvidos no ambiente Amazônico.

3.1 TECENDO OLHARES SOBRE OS DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NA AMAZÔNIA

A educação não formal perpassa por vários processos com várias dimensões que incluem conhecimentos sobre política dos direitos dos indivíduos enquanto

cidadãos, além do que os indivíduos seja capacitados para aprenderem novas habilidades para o trabalho e desenvolverem suas competências, conhecimentos em que os indivíduos consigam se organizarem com objetivos comunitários, com intuito de resolver problemas coletivos, uma aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor. (GOHN, 2006). Segundo Gohn, (2006), espera-se muito de uma educação formal, no entanto, alguns planejamento não saem como o planejado nos planos de ensino. O professor tem seus desafios que é que colocar em prática toda as teorias engessadas nos currículos, que muitas vezes não levam em consideração o contexto Amazônico, onde nossas ruas são os rios e temos período seco, período chuvoso, ou seja, uma realidade muito complexa e desafiadora.

Nesse pensar de conhecimento e coletividade, podemos dizer que os espaços para aprendizagem são diversos, e geralmente está associado à localidade que se desenvolve o aprendizado, a cultura e especificidade da região, com esse olhar iremos fazer a leitura dos diversos espaços não formais dentro do contexto Amazônico.

Vale ressaltar que nesse contexto a educação ambiental desempenha um papael muito importante, pois no contexto Amazônico o educando já nasce tendo contato com todo nossa biodiversidade. Então seu aprendizado começa os rios de água barrenta, Rio Amazonas, nos rios de agua escuro, nosso Rio Negro. Os educandos primeiro vivenciam a prática depois aprendem a teoria, quando navegam em sua canoas nas águas escuras do Rio Negro, só sabem que são escuras, mas não entendem o porquê disso.

"As águas pretas do Rio Negro e de muitos de seus efluentes possuem valores de pH entre 3,8 e 4,9, sendo, portanto, ácidas. Isso ocorre em razão da grande quantidade de substâncias orgânicas dissolvidas oriundas da drenagem dos solos arenosos adjacentes ao rio que possuem como vegetação a campina, a campinarana ou as caatingas amazônicas. Essa cor é resultado dos ácidos húmicos e fúlvicos resultantes da decomposição do húmus no solo que são lentamente transportados para o rio."

Fonte: https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/por-que-rio-negro-possui-cor-

A educação ambiental no ensino formal é a educação ambiental desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privada, educação ambiental não formal são as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização e conscientização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente (REIS et al., 2012). No contexto Amazônico, tanto a educação ambiental formal, quanto a educação não formal são desafios muito grande no cotidiano de educadores, pois nossa Amazônia se caracteriza por uma rica sociodiversidade, que incluem "[...] populações indígenas de diferentes etnias com suas línguas e culturas

específicas, além das culturas caboclas como os ribeirinhos e trabalhadores rurais que habitam o campo [..]" . (COLARES e COLARES, 2011).

Esses povos iniciam seu aprendizado nesse ambiente, onde conciliam o a sobrevivência com o aprendizado. Muitos dos conhecimentos iniciais são passados de pais para filhos, em meio à labuta diária, nos roçados, nas casas de farinhas, nos dias de pesca para alimentar a família. Talvez esse seja o aprendizado mais importante na vida deles, pois muitos nunca saíram ou sairão de suas localidades, e precisarão aprender a arte da pesca, dos roçados de mandioca, as plantas medicinais (a logística é muito difícil para atendimento médico), da coleta de sementes, figura 3.1.

Figura 3.1: Sociodiversidade na Amazônia: Atividades de apoio ao extrativismo indígena na região do Ajarani



Fonte: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/

É nesse contexto, que essas populações se organizam e buscam o senso comum para resolver problemas de toda a coletividade.

Muitos desses aprendizados acontecem dentro das organizações comunitárias, como as associações, onde os comunitários se organizam, levantam suas problemáticas, discutem com toda comunidade e tomam as decisões que ajudam todos, um aprendizado de coletividade, talvez um dos mais importantes, figura 15.

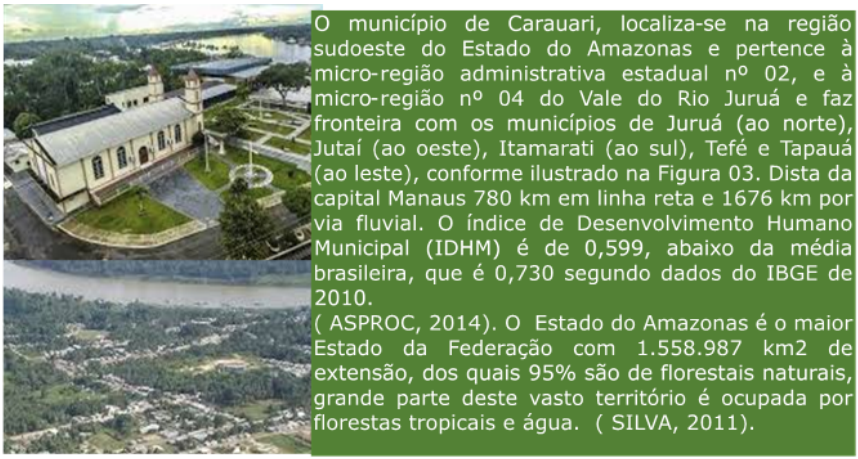
Figura 3.2: Unidade de Conservação (RDS- Uacari), 2019



Fonte: : Profa. Eneida Nascimento- UEA

Um exemplo que acontece no médio Juruá foi à organização da Associação dos Produtores Rurais de Carauari- ASPROC, pelos próprios trabalhadores ribeirinhos, com o objetivo de organizar e comercializar a produção da região, de modo a garantir renda familiar e conservar os recursos naturais que os mantém, figura 16. (ASPROC, 2014). Esses trabalhadores estavam cansados de serem explorados pelos comerciantes dos regatões, que subvalorizavam duas mercadorias.

Figura 3.3: Município de Carauari- Amazonas- Brasil



Fonte: : https://www.google.com/url?sa=iurl=http%3A%2F%2Fwww.carauari.am.gov.br

A organização e os planejamentos da ASRPOC foram decisivos para o sucesso da associação, que começou a organizar processos produtivos e de comer-

cialização, sistematizando o escoamento da produção, bem como padronização da mesma. Além do que, a associação buscou novos mercados para os produtores da agricultura familiar e extrativistas, incentivo à diversificação e aumento da produção com oferta de melhores preços e infraestrutura, o que melhorou a qualidade de vidas com aumento da renda familiar. (ASPROC, 2014).

Nessa região ocorreu um grande ganho ambiental com a implementação do comércio ribeirinho, pois correu a redução do desmatamento e da pressão sobre os recursos naturais, que antes eram explorados de formas insustentável. Assim, os ribeirinhos estão migrando das atividades predatórias ao meio ambiente para práticas produtivas sustentáveis. Hoje a novas gerações dessas comunidades já vivenciam outra realidade, pois contam com a proteção das suas áreas e se sentem representados pelas suas organizações.

Dentro dessa realidade complexa são construídos os saberes nessas regiões, saberes tradicionais (informais), saberes curriculares (formais) e não formais. O professor atuante dentro desse universo complexo deve fazer uma leitura dos diferentes espaços educativos, usando-os como ferramenta de ensino-aprendizagem, em que o aluno irá construir conhecimento dentro de sua realidade, do seu contexto social, se valorizando como individuo pertencente a um todo, a um ecossistema, que é o meio que se vive.

3.2 NA TESSITURA DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÕNIA

A educação não formal geralmente se desenvolve no campo em forma de projetos sociambientais. Esses projetos envolvem a comunidade, onde um dos maiores benefícios desse tipo de educação é o que é ensinado sobre o ambiente em que a comunidade vive, sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável. Nesse sentindo, o indívuo aprende a importância da conservação do do meio ambiente, sendo multiplicadores de informações, a seus familiares e a comunidade, sensibilizando e coscientizando as pessoas do seu convivio. O indivíduo se reconheçe no seu ambiente e percebe a sua importância da sustentabilidade e o equilíbrio dos ecossistemas amazônicos.

Dentre so vários projetos socioambietais desenvolvidos em comunidades em que exite uma ajuda coletiva no desenvolviemnto desses projetos temos:

1. Projeto de óleos Vegetais para geração de energia e valorização da biodiversidade em comunidades isoladas da Reserva Extrativista do Médio Juruá – Município de Carauari/AM", pelo Programa do Trópico Úmido Em agosto de 1997, na comunidade do Roque - Esse projeto foi iniciado com o objetivo principal do projeto era gerar energia elétrica numa comunidade isolada

da Amazônia usando como fonte de energia a biomassa não lenhosa, proveniente de óleos vegetais de espécies nativas. A infraestrutura adquirida com o recurso financeiro desse projeto; fábrica de óleos vegetais, a casa de força, a rede de eletrificação e demais instalações vêm sendo administradas pela comunidade via cooperativa desde fevereiro de 2003. Esta infraestrutura está instalada e funcionando na comunidade do Roque, onde extrai o óleo de andiroba e a manteiga de murumuru. (SILVA, 2011).

Figura 3.4: Coleta sementes de andiroba na Amazônia

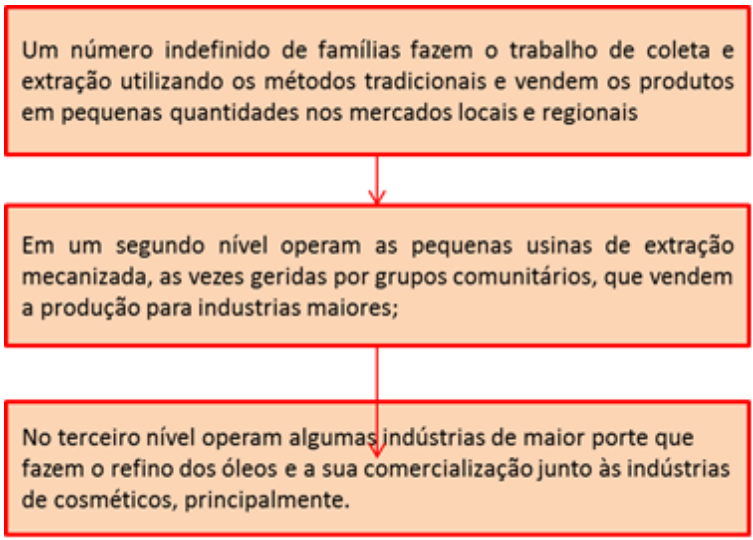


Fonte: : https://amazonia.org.br/2020/03/oleo-de-andiroba-e-alternativa-de-renda-para-comunidades-ribeirinhas-na-amazonia/

No Amazonas temos uma rica diversidade vegetal, com uma riqueza em essências florestais com várias aplicações, desde cosméticas, medicianais e industriais. Entre essas espécies temos as oleaginosas como a copaíba, a andiroba, o murumuru, entre outras, que de acrodo com a Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), o Estado do Amazonas possui uma capacidade industrial para processamento de 2000 toneladas por dia, o que representa apenas 1% da capacidade nacional. (SANTOS, 2016)

Em termos de refino e envase da produção esta capacidade estadual cai para 0%, pois temos uma baixa capacidade para o processamento de óleos vegetais, apesar do Amazonas segundo o IBGE o maior produtor de óleo de copaíba do Brasil, com 127 toneladas produzidas em 2015, o que representaria cerca de R$ 2,8 milhões. (SANTOS, 2016).

Figura 3.5: cadeia de valor dos óleos vegetais no Amazonas



Fonte: Adaptado de Santos, 2016

2. MANEJO DO PIRARUCU - Em 2011, duas comunidades no médio Juruá iniciaram o manejo do pirarucu em lagos para fins comerciais, tudo devidamente autorizado pelo IBAMA, em 2012 já eram 8 comunidades com tendência de crescimento da aderência pela prática ela comunidade e assim aumentar também o volume de peixes a serem comercializados. Nesse período também teve 105 novas famílias incluídas na atividade produtiva de borracha natural, 225 famílias capacitadas no processo de produção de farinha, 174 famílias capacitadas em manejo de lagos, 96 pessoas capacitados no processo de manejo florestal. Ainda se tendo 10 lagos comunitário, com finalidade de manejo, monitoramento das 171 estradas de seringa, nas comunidades, e as 38,95 toneldas de pirarucu manejadas por meio de licenças do IBAMA-AM. (SILVA, 2011).

3.1. Reserva Extrativista do Médio Juruá realiza manejo do Pirarucu Vinte e um pescadores da comunidade do São Raimundo participaram do manejo Brasília (30/09/2011) - No dia 17 de setembro, o primeiro de uma série de 168 pirarucus foi retirado do lago do Manariã, na comunidade do São Raimundo na Reserva Extrativista do Médio Juruá. A despesca realizada por 21 pescadores da comunidade durante os três dias que se

seguiram é parte do manejo do pirarucu promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo (AMEC-SARA), com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) e da Secretaria Municipal de Produção Rural.

Apesar de proibida em todo o estado do Amazonas, a despesca do pirarucu é permitida em terras indígenas, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável de acordo com normas de manejo. Além de ter contribuído para geração de renda dos moradores, a atividade serviu para fortalecer a organização dos extrativistas e os conhecimentos de que usar os recursos de forma racional pode gerar benefícios para as comunidades.

Fonte: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/1856-reserva-extrativista-do-medio-jurua-realiza-manejo-do-pirarucu

3. MANEJO QUELÔNIOS - Nos meses de verão Amazônico, quando as chuvas diminuem e os níveis dos rios abaixam, surgem as praias fluviais, transformando o cenário da região e estabelecendo um novo ciclo de vida à fauna. No período, os quelônios realizam a desova nas praias, conhecidas como tabuleiros. Na Resex do Baixo Juruá, banhada pelo rio Juruá, as desovas se concentram em três tabuleiros principais, Antonina, Botafogo e Forte das Graças. Entretanto, é nesta etapa do ciclo reprodutivo dos quelônio que eles estão mais susceptíveis a captura, tanto das matrizes reprodutoras, quanto dos ovos nos ninhos. Os quelônios e seus ovos são muito apreciados na culinária amazônica, sendo a captura indiscriminada, o principal fator de diminuição do tamanho populacional da tartaruga da amazônia, tracajá e iaçá, todos quelônios do gênero Podocnemis. De acordo com o plano de manejo da unidade de conservação, os beneficiários possuem o direito de consumir quelônios e seus ovos, quando estão nas comunidades ribeirinhas, sendo proibido o transporte para a cidade e a comercialização (ICMBio, 2018).

4. COLETA DA BORRACHA - O extrativismo do látex de Hevea se diferencia da exploração das outras espécies por sua estabilidade. Com uma renovação do recurso explorado, o látex, a cada dois ou três dias, a seringueira é a única espécie amazônica cujos indivíduos podem ser explorados cerca de sessenta vezes ao ano durante décadas, contradizendo a imagem predatória de extrativismo de produtos florestais não madeireiros. No entanto, esse equilíbrio entre o uso e renovação de recursos é frágil: baseia-se no conhecimento bioecológico dos seringueiros acerca das espécies sob manejo e é mantido apenas sob certas condições econômicas, sociais e fundiárias. Mudanças que afetem esse equilíbrio podem acarretar abandono da exploração da seringa, como é chamada popularmente na Amazônia ou gerar pressão excessiva nas árvores, levando

à deterioração de um capital florestal acumulado durante décadas (WALLACE, 2016).

Vídeo

Vídeo: Manejo de Pirarucu na Amazônia: assessoria do Instituto Mamirauá

Reserva Extrativista do Médio Juruá

Atividade

1. Como podemos usar os diversos espaços educativos não formais na Amazônia nas práticas pedagógicas?

2. Explique afirmativa: "[..]podemos dizer que os espaços para aprendizagem são diversos, e geralmente está associado à localidade que se desenvolve o aprendizado, a cultura e especificidade da região [..]".

3. Comente sobre os 2 projetos socioambientais que são realizados na sua comunidade, socialize com os colegas de sala.

3.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAZONAS- (extraidos do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Juruá, 2011). A Reserva Extrativista do Médio Juruá foi decretada em 04 de março de 1997. Está localizada às margens do Rio Juruá no município de Carauari, Amazonas, e está circundada por outras áreas protegidas como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e a Terra Indígena do Rio Biá. A unidade de conservação ocupa uma área de 253.226,5 hectares e tem um perímetro de 348.029,65 metros. A unidade dista 1.676,0 km da capital do estado (Manaus) por via fluvial. Em conformidade com o decreto nº 98897, de 30 de janeiro de 1990, os instrumentos de gestão das reservas extrativistas se limitavam ao contrato de concessão de direito real de uso e o plano de uso. Com a institucionalização da lei nº 9985 de 18 de julho de 2000- Sistema Nacional de Unidades de Conservação – foram estabelecidos outros instrumentos de gestão para unidades de conservação dessa categoria como plano de manejo e conselho deliberativo. Visando os estabelecimentos dos instrumentos de gestão legalmente definidos, o conselho deliberativo da RESEX do Médio Juruá foi formalizado em portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 2007 e no mesmo ano o plano de manejo começou a ser elaborado.

A Reserva Extrativista do Médio Juruá emergiu do movimento dos seringueiros da região do médio Juruá, apoiados pela Igreja Católica

(Paróquia de Carauari), Prelazia de Tefé, do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS (hoje, Conselho Nacional das Populações Extrativistas) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB) que, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari –STR fundaram, em 1991, a Associação de Produtores Rurais de Carauari – Asproc. Esta associação foi criada com o objetivo inicial de organizar os extrativistas e realizar a comercialização da produção de seus associados. Liderados pelo Padre João Derickx, em 1992 foi encaminhado ao Ibama uma carta com a manifestação formal dos moradores solicitando a criação da Resex (Derickx, 1992).

Após cinco anos de mobilização em torno da criação da RESEX, o decreto foi finalmente assinado em 1997 A Resex Médio Juruá localiza-se na região sudoeste do Estado do Amazonas, no município de Carauari, a montante deste município, margem esquerda do rio Juruá, em seu trecho médio. Possui área aproximada de 253.226,5 ha e limita-se ao Norte com o Rio Ipixuna, ao Sul com o Rio Juruá, ao Leste com o Igarapé Arrombado e a Oeste com o Igarapé Tracoá. Foi criada pelo Decreto S/N de 04 de março de 1997, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, nº 43, de quarta-feira, dia 05 de março de 1997, sendo a primeira Reserva Extrativista criada no Estado do Amazonas.

O acesso a Resex a partir de Carauari é feito via fluvial pelo montante do rio Juruá. A viagem até a primeira comunidade dura entre duas horas e trinta minutos e oito horas, dependendo do tipo e tamanho da embarcação, da potência do motor. Um dos objetivos da criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá é compatibilizar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos seus recursos naturais, de modo a garantir a sustentabilidade ambiental da região, mediante ações que permitam o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social. Para a implementação das Reservas Extrativistas o artigo 2º da Lei 9985 (Lei do SNUC), determina que todas as Unidades de Conservação devem ter um Plano de Manejo, e o define como: "documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade"

Na região da Resex são constatadas as seguintes formações Fitoecológicas: vegetação secundária, Floresta Ombrófila Aberta Aluvial, Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas, Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas, Floresta Ombrófila Densa Aluvial (IBGE, 1991). A Região das

Formações Pioneiras compreende as formações em estágio sucessional das regiões florestais dominantes. Nos terraços em solos de drenagem insuficiente observa-se o desenvolvimento de muitas espécies herbáceas típicas desse ambiente (Maranta, Costus e Scleria) e arbustivas (Alchornea, Dioclea, Palicourea e Piper). Formando grupamentos quase puros, encontram-se Mauritia sp (Buriti) e Astrocaryum murumuru (Murumuru).

A Floresta Ombrófila Densa apresenta dossel arbóreo onde predomina a cobertura emergente, que atinge entre 30 e 40 m de altura, sendo rica em Sapotaceae, Lauraceae, Lecthidaceae, Myristicaceae, além de Leguminosae e Vochysiaceae, que compõem um estrato uniforme. Esta Região engloba duas subregiões: Aluvial e Baixos Platôs. A Subregião Aluvial da Amazônia está evidenciada nas planícies de acumulação dos rios Javari e Solimões e nos terraços do Juruá, Jutaí, Purus e afluentes. Em virtude da variação das condições ecológicas que condicionam diferenças de fisionomia e composição florística da floresta, esta subregião, apresenta dois macroambientes: das planícies e dos terraços. As planícies compreendem ecossistemas florestais, de árvores emergentes, com grupamento de palmeiras. A floresta geralmente é de porte elevado, com fustes retos e baixa volumetria de madeira comercial, dentre as espécies comuns destacam-se taxi-pitomba (Sclerolobium chrysophyllum), amapazinho ou Amapáamargoso (Parahancornia Amapá), matamatá branco (Eschweilera odora) e as palmeiras jauari (Astrocaryum jauari), açaí (Euterpe oleracea) e paxiuba (Socratea exorrhiza).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente material deve ser usado como suporte ao ensino-aprendizagem da disciplina Docência em espaços não formais, no entanto sua aquisição não esgota outra fonte que podem ser consultadas. Os autores desse material procuraram sintetizar várias coletâneas disponíveis sobre o assunto, a fim de deixar a leitura mais didática ao entendimento do aluno. Na primeira unidade é apresentada uma leitura sobre os diferentes espaços educacionais, discutindo-se o entendimento de espaços formais, não formais e informais, nesse sentido cria-se um espaço para reflexão do verdadeiro papel de cada espaço de educação, como um sendo complemento um do outro, onde todos tem sua importância no processo de ensino e aprendizagem.

Na segunda unidade, é discutida a importância da Educação Popular com ênfase na construção de saberes e práticas nos espaços não formais, com uma leitura sobre a Educação popular e seus fundamentos e significados, perpasando pelo olhar sobre a formação do professor num enfoque dos espaços não formais e enfantizando a Educação do campo, das florestas e das águas como espaço de praxis da Educação popular.

Na terceira unidade, apresenta-se a discussão sobre as práticas pedagógicas nos espaços não formais, tercendo um olhar sobre os diferentes espaços educativos na Amazônia. Nessa unidade é comentada as especificades dos espaços não formais na Amazônia, geralmente estão associados à localidade que se desenvolve o aprendizado, a cultura e especificidade da região, com esse olhar iremos fazer a leitura dos diversos espaços não formais dentro do contexto Amazônico. E por fim trazemos uma discussão sobre os vários projetos socioambientais desenvolvidos no ambiente Amazônico.

Referências

ARANHA, M. L. d. A. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil*. third. [S.l.]: São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, C. R. *O que é Educação popular*. first. [S.l.]: Editora Brasiliense, 2017.

GOHN, M. d. G. *Educação Não-Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas*. Rio de Janeiro: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., 2006. v. 14. (50, v. 14). P. 27-38.

GOHN, M. d. G. Educação não formal e o educador social. *Cortez. São Paulo*, 2010. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais.

JACOBUCCI, D. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. *EM EXTENSÃO, Uberlândia*, v. 7, 20018.

LIMA, E. I. d. O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras. *Revista Pegada*, v. 20, p. 273, 2019. ; NAGAO, Fernanda Quinei Alves; SELMO, Jaqueline Tumitan; LANDIM, Sorrana Penha Paz; LIMA, Vanda Moreira Machado.

LIMA, N. BATISTA e. A importância dos espaços de educação não-formais no ensino de ciências e biologia: Contribuições e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem. *VII ENALIC.*, 2018.

MACHADO, E. M. *Pedagogia e a Pedagogia Social: Educação Não Formal*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Tuiuti do Paraná, 2020. Disponível em: http://www.boaaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/evelcy17art.html. Acesso em 10 de abr de 2020.

MORAES, C. A. d. Pedagogia social comunidade e formação de educadores: na busca de saber sócio-educativo. *Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Bahia*, 2020.

OLIVEIRA RONI IVAN ROCHA DE; GASTAL, M. L. d. A. Educação formal fora da sala de aula – olhares sobre o ensino de ciências utilizando

espaços nãoformais. *VII ENPEC. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciência. ISSN 21766940. Florianolopolis.*, 2009. Disponível em: http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienpec/pdfs/1674.pdf.

RAMOS, M. F. Educação não formal: Pedagogia social transformadora e motivadora. pedagogia. *Brasil Escola*, 2020. .

REIS LUIZ CARLOS LIMA DOS; SEMÊDO, L. T. d. A. S. G. R. C. Conscientização ambiental: da educação formal a não formal. *Revista Fluminense de Extensão Universitária, Vassouras*, v. 2, p. 47–60, 2012. Disponível em: http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RFEU/article/view/442.

VARGAS, S. M. D. Processos de formação e aprendizagem no meio rural: o continuum família-escola. *Revista Brasileira de Educação.*, 2002. * Universidade Católica de Petrópolis, Mestrado em Educação. o 5º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, realizado em Águas de Lindóia, MG, de 21 a 23 de novembro de 2002.